

# OECD *Multilingual Summaries*

## Divided We Stand: Why Inequality Keeps Rising

*Summary in Portuguese*



## A desunião faz a força: Por que a desigualdade continua a se alastrar

*Sumário em Português*

- Nas três décadas que precederam a recente recessão econômica, o fosso entre as remunerações se alargou e a desigualdade em termos de rendimento familiar aumentou numa grande maioria dos países da OCDE. Isto ocorreu até mesmo quando os países registravam crescimento sustentável nos planos da economia e do emprego.
- Este relatório analisa as principais forças subjacentes por detrás dessas mudanças. Avalia em que medida a globalização econômica, o progresso tecnológico com base em competências e reformas institucionais e regulatórias têm tido impacto na distribuição dos rendimentos.
- Além disso, mostra como as transformações na formação familiar e nas estruturas domésticas têm alterado os rendimentos familiares e aumentado a desigualdade de ganhos, demonstrando também como os sistemas fiscais e previdenciários têm modificado as modalidades através das quais redistribuem os rendimentos familiares.
- O relatório mostra quais políticas são mais promissoras com vista a refrear o aumento das desigualdades e como a conjugação de políticas pode ser ajustada quando os orçamentos públicos se encontram sob pressão.

## EDITORIAL: CUIDADO COM O FOSSO!

O importante relatório apresentado pela OCDE em 2008 intitulado "Growing Unequal?" ("Crescendo na Desigualdade?") mostrou que o fosso entre os ricos e os pobres tinha aumentado na maior parte dos países da OCDE. Nestes últimos três anos, a desigualdade tem constituído uma preocupação universal, tanto para os decisores políticos como para as sociedades de uma maneira geral. Hoje, o rendimento médio, nas economias avançadas, dos 10% mais ricos da população é cerca de nove vezes superior ao dos 10% mais pobres.

Em alguns países, como Israel e Estados Unidos, a desigualdade tem aumentado. Até mesmo em países tradicionalmente igualitários, como a Alemanha, a Dinamarca e a Suécia, o fosso dos rendimentos entre os ricos e os pobres tem aumentado, passando de 1 para 5 na década de 1980 a 1 para 6 hoje. Somente um número reduzido de países tem conseguido inverter esta tendência: a desigualdade nos rendimentos recentemente diminuiu no Chile e no México, mas o segmento mais rico da população desses dois países ainda usufrui de rendimentos mais do que 25 vezes superiores aos do segmento dos mais pobres.

Nas economias emergentes, o crescimento económico tem ajudado a reduzir drasticamente a prevalência da pobreza. Mas, ao mesmo tempo, altos níveis de desigualdade de rendimentos têm aumentado ainda mais. Entre os BRICs, apenas o Brasil tem logrado reduzir as desigualdades de maneira substancial, embora continue a ser, com uma proporção de 50 para 1, um país com muito maior desigualdade do que quaisquer dos países da OCDE.

A crise económica tornou urgente a revisão das políticas relacionadas com a desigualdade. O pacto social está começando a se desmoronar em muitos países. Os jovens que não vêem nenhum futuro diante de si têm-se sentido cada vez mais excluídos. Hoje, a estes jovens juntam-se manifestantes que estão convencidos de que têm suportado o ônus de uma crise pela qual não são responsáveis, ao passo que segmentos das populações com altos rendimentos não parecem sofrer nenhuma penalização. Da Espanha a Israel, de Wall Street à Praça Syntagma, o descontentamento popular tem-se alastrado rapidamente. Devido à crise, as questões relacionadas com incertezas e desigualdades têm afetado a classe média em muitas sociedades.

Os desafios são claros, mas as razões que causaram tais desigualdades, as respectivas soluções e as políticas necessárias são menos óbvias. Este relatório tem por objetivo desemaranhar a complexa teia de fatores subjacentes ao crescente fosso que separa os ricos dos pobres. O mais importante fator individual tem sido o aumento da desigualdade nos rendimentos e salários. Não é de se surpreender, pois na maioria dos casos, os salários e vencimentos representam cerca de três-quartos do total dos rendimentos familiares da população em idade ativa nos países da OCDE. Os rendimentos dos 10% de empregados mais ricos aumentaram rapidamente, com relação aos 10% mais pobres, na maioria dos casos. Os maiores ganhos foram colhidos pelo 1% mais rico e, em certos países, por uma percentagem ainda mais reduzida: 0,1% de beneficiados. Novos dados relativos aos Estados mostram, por exemplo, que a parcela de rendimentos familiares após imposto para o 1% mais rico mais do que dobrou, passando de quase 8% em 1979 a 17% em 2007. Durante o mesmo período, a percentagem de rendimentos dos 20% mais pobres caiu de 7% para 5%.

O mercado de trabalho é, por conseguinte, o primeiro âmbito em que se terá de agir. Para que a crescente desigualdade de rendimentos seja refreada de maneira adequada, é necessário que se compreenda a razão pela qual os rendimentos se têm tornado cada vez mais polarizados. O progresso tecnológico tem sido a força motriz para o crescimento económico, mas nem todos os trabalhadores têm podido usufruir dos respectivos benefícios da mesma maneira. Temos de reconhecer que os trabalhadores com mais alto nível de instrução e com mais altos salários têm recolhido os mais altos ganhos, ao passo que os trabalhadores com mais baixo nível de competências têm sido deixados de lado. O aumento da parcela de que usufruem os mais ricos também é o resultado do fato de que muitas empresas buscam talentos num mercado global, do aumento espetacular das remunerações de executivos e banqueiros, bem como o surgimento da mentalidade, em muitos países, segundo a qual "o vencedor leva tudo".

Os mercados de trabalho têm-se transformado profundamente nos países da OCDE desde a década de 1980, afetados por uma série de reformas introduzidas com vista a aumentar-lhes a flexibilidade. Os mercados de bens e serviços também têm sido desregulados e políticas voltadas para o aumento da concorrência têm sido implementadas. Estas reformas têm aumentado a produtividade e o crescimento económico e provido empregos a um maior número de pessoas. Mas, por outro lado, têm também contribuído para o alargamento do fosso dos rendimentos, dado que a maior parte desses empregos são a tempo parcial ou mal remunerados.

Remunerações mais desiguais têm contribuído para que um número crescente de pessoas tenham de recorrer a sistemas de proteção social com vista a manterem os seus padrões de vida. O elevado volume de redistribuição

de rendimentos através de políticas sociais aumentou. Mas, tendo em conta o número crescente de pessoas que necessitam ser ajudadas, esses sistemas mostraram ser incapazes de reduzir as desigualdades tanto quanto o haviam feito anteriormente. De uma maneira global, as políticas de prestações sociais compensaram uma parte dos importantes aumentos nas desigualdades atribuíveis às crescentes disparidades de rendimentos nos mercados de trabalho, o principal fator de tendências de desigualdades entre meados da década de 1980 e meados da década de 1990. Todavia, a partir de meados dos anos 90 até 2005, a reduzida capacidade de redistribuição dos sistemas de prestações sociais foi, em muitos casos, a principal causa do alargamento do fosso entre os rendimentos familiares. Atualmente, esses sistemas estão reduzindo as desigualdades entre as populações de idade ativa em cerca de um-quarto em média nos países da OCDE, com maior redistribuição na maior parte dos países nórdicos e na Bélgica, bem como com níveis bem abaixo da média no Chile, na Islândia, na Coreia, na Suíça e nos Estados Unidos. A principal causa da redistribuição menos eficaz no decurso dos 15 últimos anos está ligada aos benefícios, cujos níveis foram rebaixados e cujas regras de elegibilidade foram arroxadas, com vista a conter os gastos com a proteção social.

A fiscalidade desempenha um papel menos importante do que os benefícios na redução das desigualdades em termos de rendimentos. Isto ocorreu, em particular, ao longo das duas últimas décadas, que registraram um recuo altamente progressivo dos índices de imposto de renda e a eliminação do imposto sobre o patrimônio. Apesar disso, a parcela crescente de rendimentos de que usufruem os mais ricos significa que este grupo tem agora maior capacidade de pagar impostos do que antes e que em alguns países já estão pagando uma parcela maior de imposto sobre o rendimento do que a que pagavam em anos passados. É neste contexto que muitos governos têm reavaliado o papel de redistribuição desempenhado pela tributação, com vista a fazer com que os indivíduos mais abastados dêem uma maior contribuição para o ônus do imposto. Esta reavaliação não se limita apenas à análise das crescentes taxas marginais do imposto sobre os rendimentos, que talvez não seja a medida mais eficaz para o aumento das receitas fiscais. Inclui também um maior cumprimento das obrigações fiscais a partir do combate à evasão fiscal no exterior, a eliminação dos encargos fiscais que beneficiam de maneira desproporcional grupos de altos rendimentos, bem como a reavaliação do impacto fiscal em quaisquer formas de propriedade e de riquezas, inclusive na transferência de ativos.

A reforma das políticas fiscais e de proteção social é o instrumento mais direto e eficaz com vista à redistribuição. Assim, as estratégias voltadas unicamente para o remodelamento fiscal não seriam eficazes nem financeiramente sustentáveis, em particular no contexto de pressões fiscais que vivemos hoje. A maneira mais promissora de combater as desigualdades passa mais do que nunca pelo emprego. Um número maior de empregos de maior qualidade, que permitam que as pessoas escapem à pobreza e que ofereçam verdadeiras perspectivas profissionais, representa o mais importante desafio.

Este relatório identifica claramente o aperfeiçoamento das competências profissionais como um dos instrumentos mais eficazes à disposição dos governos com vista a refrear o aumento das desigualdades. O aperfeiçoamento das competências profissionais aparece como a única força que logrou não apenas reduzir as disparidades salariais, mas também aumentar os índices de empregos.

Por conseguinte, investir na força de trabalho é fundamental. O investimento nos recursos humanos deve principiar nos primeiros anos de vida, sendo prosseguidos em direção à educação formal e finalmente à transição entre a escola e o mundo do trabalho. Isto é fundamental para assegurar a igualdade de oportunidades para as crianças oriundas de famílias desfavorecidas. Ao mesmo tempo, o investimento no capital humano precisa ser apoiado durante toda a vida ativa. A maneira como a formação é oferecida tem de ser minuciosamente avaliada. Tanto empregadores como empregados necessitam dispor dos meios e incentivos adequados ao investimento no capital humano.

Muitas das forças motrizes da desigualdade em matéria de rendimentos são as mesmas nos países emergentes e nas economias da zona OCDE. Mas o contexto não é o mesmo. As economias emergentes dispõem de setores informais mais amplos: trabalhadores que não usufruem dos sistemas de proteção social e que, de maneira geral, ocupam empregos mal remunerados, com baixa produtividade. O emprego informal permanece obstinadamente num nível elevado em muitas economias emergentes, a despeito de um forte crescimento econômico no plano geral. Nesses países, as disparidades entre os grupos étnicos e as regiões, as populações rurais e urbanas, bem como entre os trabalhadores migrantes e não-migrantes também são significativas.

Um outro importante instrumento, em particular para as economias emergentes, é o fornecimento de serviços públicos de acesso gratuito e de alta qualidade, tais como serviços de educação, de saúde e de atendimento familiar. Em média, os governos dos países membros da OCDE despendem tanto em serviços sociais públicos (cerca de 13% do PIB) quanto no conjunto das prestações pecuniárias e estes gastos reduzem as desigualdades numa média de cerca de um quinto. O oferecimento de igual acesso a todos os cidadãos a tais serviços contribuirá para a redução das desigualdades e para o oferecimento de iguais oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional para todos.

Não há nada inevitável em relação aos altos níveis de desigualdades ou às tendências ao aumento destas. Para o conjunto das economias e das sociedades, a globalização e as transformações tecnológicas oferecem oportunidades. Para poder usufruir das vantagens proporcionadas por essas oportunidades, as políticas devem conferir mais eficiência aos mercados, estimulando, ao mesmo tempo, a criação de empregos e a redução das desigualdades. Este estudo exclui o pressuposto de que os benefícios do crescimento econômico serão automaticamente transmitidos em fluxo contínuo para os segmentos desfavorecidos e de que uma maior desigualdade estimula uma maior mobilidade social. Sem uma estratégia abrangente com vista à instauração de um crescimento inclusivo, as desigualdades continuarão a crescer. Temos de colocar melhores políticas para uma vida melhor no âmago dos nossos esforços em matéria de políticas, oferecendo ao mesmo tempo às populações esperança e iguais oportunidades. Este relatório oferece a demonstração cabal da necessidade de reforçar a esfera social. A OCDE permanece pronta para prestar assistência aos países membros e parceiros, na realização deste objetivo.

© OECD

**Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.**

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

**Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.**

**Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE** [www.oecd.org/bookshop](http://www.oecd.org/bookshop)

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.[rights@oecd.org](mailto:rights@oecd.org) Fax: +33 (0)1 45 24 99 30.

OECD Rights and Translation unit (PAC)

2 rue André-Pascal, 75116

Paris, France

Visite nosso sítio [www.oecd.org/rights](http://www.oecd.org/rights)

